Demonstrações Contábeis 31 de dezembro de 2019 e 2018

com relatório dos auditores independentes

Demonstrações Contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre a demonstrações contábeis	1
Demonstrações contábeis	
Balanço patrimonial	4
Demonstrações do resultado	
Demonstrações do resultado abrangente	
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	
Demonstrações do fluxo de caixa	
Notas explicativas às demonstrações contábeis	





Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Acionistas da **Empresa de Cinema e Audiovisual de São Paulo S.A. - SPCINE.** São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Empresa de Cinema e Audiovisual de São Paulo S.A., ("Sociedade" ou "SPCINE"), que compreende o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os exercícios findos nestas datas, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais politicas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa de Cinema e Audiovisual de São Paulo S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para os exercícios findos nessas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

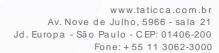
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.





Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, podem influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações
 e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível
 com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevantes nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstancias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstancias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data do nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações
 e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e eventos de maneira compatível
 com o objetivo de apresentação adequada.





Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Outros assuntos

O exame das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram examinados por outros auditores independentes que emitiram relatório sobre as demonstrações contábeis da Empresa de Cinema e Audiovisual de São Paulo S.A. – SPCINE em 12 de abril de 2019, sem modificação de opinião.

São Paulo (SP), 04 de junho de 2020.

Aderoal Alfonso Hoppe

Contador CRC-1SC020036/O-8-T-SP TATICCA Auditores Independentes S.S. CRC 2SP-03.22.67/O-1



Empresa de Cinema e Audiovisual de São Paulo S.A. Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em reais)

	Notas	31/12/2019	31/12/2018		Notas	31/12/2019	31/12/2018
Ativo Circulante				Passivo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	20.633.924	26.150.264	Fornecedores		54.737	159.813
Contas a receber de clientes	6	20.724	1.190	Obrigações Tributárias e Trabalhistas	10	493.002	559.506
Adiantamentos Diversos		2.564	14.670	Obrigações com Terceiros	11	19.306.287	21.823.634
Impostos a Recuperar	7	202.152	477.892				
Despesas Antecipadas		14.383	27.500	Total do Passivo Circulante		19.854.026	22.542.953
Total do Ativo Circulante		20.873.747	26.671.515				
Ativo Não-Circulante							
Realizável a Longo Prazo							
Despesas Antecipadas		24.000	23.400	Patrimônio Líquido			
Depósito Judicial		-	9.180	Capital Social	12	25.000.000	25.000.000
Investimento em Produções Audiovisuais	8	3.171.010	3.175.722	Prejuízos Acumulados		(16.273.207)	(12.295.807)
Imobilizado	9	4.504.251	5.354.283				
Intangível	9	7.811	13.046	Total do Patrimônio Líquido		8.726.793	12.704.193
Total do Ativo Não Circulante		7.707.072	8.575.631				
Total do Ativo		28.580.819	35.247.146	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		28.580.819	35.247.146



Empresa de Cinema e Audiovisual de São Paulo S.A. Demonstrações do resultado 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em reais)

	NOTAS _	31/12/2019	31/12/2018
Receita Operacional Líquida	13	2.265.617	1.331.091
Lucro Bruto	_	2.265.617	1.331.091
Despesas Gerais e Administrativas	14	(6.345.051)	(6.196.684)
Outras Despesas e Receitas		-	(128.709)
Resultado Antes das Receitas e Despesas Financeiras	_	(4.079.434)	(4.994.302)
Resultado Financeiro Líquido	15	102.035	994.242
Prejuízo Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	_	(3.977.399)	(4.000.060)
Prejuízo Líquido do Exercício	=	(3.977.399)	(4.000.060)
Resultado por ação		(0,159)	(0,160)



Empresa de Cinema e Audiovisual de São Paulo S.A. Demonstrações do Resultado Abrangente 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em de reais)

	2019	2018
Prejuízo líquido do período	(3.977.399)	(4.000.060)
Outros valores abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	(3.977.399)	(4.000.060)



Demonstrações da mutação do patrimônio líquido 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em reais)

	Capital social	Prejuízos Acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2017	25.000.000	(8.295.748)	16.704.252
Resultado do Exercício	-	(4.000.060)	(4.000.060)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	25.000.000	(12.295.808)	12.704.192
Resultado do Exercício	-	(3.977.399)	(3.977.399)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	25.000.000	(16.273.207)	8.726.793



Empresa de Cinema e Audiovisual de São Paulo S.A. Demonstrações do fluxo de caixa

Demonstrações do fluxo de caixa 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em reais)

(4.000.060)
(4.000.000)
844.755
(3.155.306)
3.659
268.510
77.821
(55.633)
25.400
(180)
1.945.204
(890.523)
(273.189)
81.194
(191.995)
(1.082.518)
27.232.782
26.150.264
(1.082.518)



Notas explicativas às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional

A Empresa de Cinema de Audiovisual de São Paulo. ("Sociedade" ou "SPCINE"), localizada na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Libero Badaró, 293, 7º andar – Cj.7C, no Centro, inscrita no CNPJ sob o nº 21.278.214/0001-02, é uma Sociedade Anônima de Economia Mista, vinculada à Secretaria Municipal de Cultura. A Sociedade tem como objeto principal promoção do desenvolvimento econômico, social, cultural artístico, tecnológico e cientifico sobre a atividade cinematográfica e audiovisual do município de São Paulo. Para maiores informações, por favor visite o site www.spcine.com.br.

2. Apresentação da demonstração contábeis, e resumo das principais práticas contábeis

2.1. Base de apresentação e elaboração das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da Sociedade, que compreende o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e 2018, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, e das mutações do patrimônio líquido, para os exercícios findos naquelas datas, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas, foram autorizadas pela Diretoria para emissão e divulgação.

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e de acordo com a norma internacional de contabilidade adotadas no Brasil e também emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), sendo apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros, mensurado pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado nas contraprestações pagas em troca de ativos e os passivos são registrados pelos valores dos recursos que foram recebidos em troca da obrigação ou, em algumas circunstâncias, pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais serão necessários para liquidar o passivo no curso normal das operações. Já o valor justo é o valor pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes reconhecedoras, dispostas a isso.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Empresa de Cinema e Audiovisual de São Paulo S.A.

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em reais, moeda funcional da Sociedade, exceto quando indicado de outra forma.



Notas explicativas às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2.2. Resumo das principais práticas contábeis

2.2.1 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros da Sociedade são reconhecidos a partir da data em que ela se torna parte das disposições contratuais de tais instrumentos financeiros e incluem, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber, fornecedores. Os ativos e passivos financeiros da Sociedade são inicialmente registrados pelo valor justo.

2.2.1.1. Ativos financeiros

A Sociedade classifica os seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, recebíveis e disponíveis para venda.

A classificação depende da natureza e finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos e é determinada na data do reconhecimento inicial.

2.2.1.2. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Na data em que a transação é realizada, a Sociedade classifica um ativo financeiro como valor justo por meio do resultado se, e somente se, houver a intenção de: i) negociação do título no curto prazo, ii) se ele for um derivativo, ou iii) se a mensuração a valor justo diminui ou elimina alguma inconsistência de mensuração (fair value option) de acordo com a gestão da Sociedade.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, quando aplicável, são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado, enquanto os custos da transação são considerados despesa no momento em que ocorrem.

2.2.1.3. Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo.

Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivo ("taxa de juros efetiva"), diminuídos de perda por redução ao valor recuperável, quando for o caso.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os recebíveis da Sociedade compreendem, substancialmente em caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e contas a receber de clientes.



Notas explicativas às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2.2.1.4. Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são representados por instrumentos financeiros não derivativos, que não foram classificados em nenhuma das categorias mencionadas anteriormente. Os instrumentos financeiros disponíveis para venda são mantidos por um período indefinido de tempo, podendo ser alienados a qualquer momento para atender às necessidades operacionais e de liquidez da Sociedade.

Os juros dos títulos disponíveis para venda são calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros e reconhecidos no resultado, do exercício correspondente, como receitas financeiras, enquanto que a parcela referente ao ajuste do valor justo é registrada no patrimônio líquido como outros resultados abrangentes, líquido dos efeitos tributários.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, esses ativos financeiros compreendem, substancialmente em caixa equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e conta s a receber.

2.2.1.5. Redução ao valor recuperável de ativos

Nas datas de cada encerramento das demonstrações contábeis, a Administração avalia se há ou não a necessidade de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos financeiros, considerando, quando aplicável, evidências objetivas de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Os critérios que a Sociedade utiliza para determinar se há evidências objetivas de uma perda por *impairment* incluem, principalmente:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou da contraparte;
- Violação de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal; e
- Probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira;

Para certas categorias de ativos financeiros, tais como contas a receber, a avaliação é realizada coletivamente, mesmo se os títulos, individualmente, não apresentarem evidências de que estão registrados por valor superior ao recuperável.

Evidências objetivas de redução ao valor recuperável para uma carteira de créditos incluem, sobretudo, a experiência histórica de recebimentos em atraso, condição econômica dos clientes ou do grupo que integram, bem como mudanças observáveis nas condições macroeconômicas.



Notas explicativas às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2.2.1.6. Baixa de ativos financeiros

A Sociedade baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram ou transfere o ativo e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para um terceiro.

2.2.1.7. Classificação e mensuração dos passivos financeiros

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado. A Sociedade determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Sociedade incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar e foram todos classificados como contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar.

Após reconhecimento inicial, os empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.2.2. <u>Caixa e equivalentes de caixa</u>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Sociedade considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.2.3 Títulos e valores mobiliários

Os fundos de investimentos estão classificados na categoria "Valor justo por meio do resultado".

São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado do exercício, e ajustados a valor de mercado.



Notas explicativas às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2.2.4. Contas a receber

As receitas da SPCINE são geradas pela prestação de contas sobre os investimentos e participações nas atividades cinematográficas. Na data do faturamento, o registro contábil é feito debitando contas a receber e creditando receita.

A Sociedade não possui valores cuja expectativa de realização futura seja baixa ou nula, desta forma não possui registrados de crédito de liquidação duvidosa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

2.2.5. Imobilizado

O imobilizado é contabilizado ao custo, que inclui todos os gastos incorridos na aquisição ou elaboração dos ativos, reduzido de depreciação. A depreciação é apurada e reconhecida pelo método linear, de acordo com a vida útil econômica estimada e valor residual projetado de cada item.

A Sociedade revisa ao menos anualmente suas estimativas de vida útil dos seus ativos e, caso observe mudanças significativas nas estimativas, reconhece os efeitos dessas mudanças no resultado de forma prospectiva.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

2.2.6. Apuração de resultado

O resultado das operações da Sociedade (receitas e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A Administração da Sociedade adota como política contábil de apresentação dos custos dos serviços prestados em conjuntos com as despesas, por não gerenciar a Sociedade com base no lucro bruto.

2.2.7. Reconhecimento de receita

As receitas são reconhecidas de acordo com o regime de competência. As receitas de prestação de serviços e de bilheteria são reconhecidas no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes aos serviços são transferidos ao contratante ou usuário.

2.2.8. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Sociedade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a



Notas explicativas às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.2.9. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Subsequentemente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

2.2.10. Imposto de renda e contribuição social

a) Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro - corrente

Ativos e passivos tributários correntes do exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor no Brasil na data do balanço.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 60 por trimestre para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real trimestral.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

A sociedade não tem apurado no período findo em 31 de dezembro de 2018 e 2019 IRPJ e CSLL, visto estar operando com prejuízos em ambos os resultados.



Notas explicativas às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2.2.11. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (i) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; (ii) Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e (iii) Obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Sociedade questionou a inconstitucionalidade de tributos.

2.2.12. Lucro básico e diluído por ação

O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido disponível (alocado) aos quotistas pelo número médio ponderado de quotas em circulação durante o exercício.

Não há instrumentos patrimoniais com efeito potencial de diluição do lucro disponível aos acionistas. Portanto, o lucro diluído por quota não apresenta diferenças em relação ao lucro básico por ação.

2.2.13. Demonstração do fluxo de caixa

A SPCINE apresenta os fluxos de caixa das atividades operacionais usando o método indireto, segundo o qual o lucro líquido ou o prejuízo é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros e pelos efeitos de itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

De acordo com o método indireto, o fluxo de caixa líquido advindo das atividades operacionais é determinado ajustando o lucro líquido ou prejuízo quanto aos efeitos de: i) variações ocorridas no exercício nas contas operacionais a receber e a pagar; ii) itens que não afetam o caixa, tais como depreciação, provisões, tributos diferidos, ganhos e perdas cambiais não realizados e resultado de equivalência patrimonial, quando aplicável; e iii) todos os outros itens tratados como fluxos de caixa advindos das atividades de investimento e de financiamento.



Notas explicativas às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na preparação das demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(i) Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis da Sociedade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como a divulgação de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem principalmente: provisões para créditos de liquidação duvidosa ou cancelamentos, restituição de comissões ou para redução ao valor recuperável de ativo, quando aplicável, além da provisão para demandas judiciais.

(ii) Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, que podem resultar em valores diferentes quando da liquidação, são discutidas a seguir:

- a) Provisão para créditos de liquidação duvidosa Uma provisão é registrada em uma quantia considerada suficiente para cobrir as perdas estimadas decorrentes de cobranças de créditos a receber. Para reduzir o risco de crédito, a Sociedade adota como prática a análise sobre a realização futura do ativo.
- b) Perda por redução ao valor recuperável de ativos ("impairment")

 A Administração revisa anualmente e/ou quando ocorre algum evento específico o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas são lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, com base na avaliação da Administração, não foram identificadas evidências de *impairment*, portanto, não houve o reconhecimento de provisão.

c) Provisões para demandas judiciais

A Sociedade reconhece provisão para causas tributárias, trabalhistas e cíveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável,



Notas explicativas às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

(iii) Impostos

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

4. Mudanças das principais políticas contábeis

4.1 CPC 06 – Arrendamento (IFRS 16 – Leases)

CPC 06(R2) – Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16)

O CPC 06 (R2) entrou em vigor para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2019, substituindo o CPC 06 (R1) — Operações de Arrendamento Mercantil (IAS 17) e correspondentes interpretações, e, em essência, dispõe que todo contrato de arrendamento mercantil, seja ele considerado operacional ou financeiro, deve ser contabilizado reconhecendo ativos e passivos envolvidos, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes.

Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário irá reconhecer o valor da revisão do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso.

O arrendatário pode optar pela adoção da norma utilizando a abordagem retrospectiva completa ou uma abordagem retrospectiva modificada. As provisões transitórias da norma permitem determinadas



Notas explicativas às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

isenções.

A Sociedade avaliou os contratos de arrendamento e entende que para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não possui contratos que se enquadram na Norma.

4.2 ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (IFRIC 23 - Uncertainty over Income Tax Treatments)

Esta Interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deverá reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação. Vigência a partir de 1° de janeiro de 2019.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a administração da SPCINE, avaliou o ICPC 22, e não identificaram indícios de possíveis questionamentos e incertezas sobre os tributos incidentes em seus lucros que podem ser feitos pela Receita Federal, sobre o tratamento realizado pela Sociedade sobre o tratamento sobre o Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

4.3 IFRS 9 - Financial Instruments

Alterações ao pronunciamento técnico para inclusão de dispositivos sobre recursos de pré pagamento com compensação negativa. Vigência a partir de 1° de janeiro de 2019. O IFRS 9 não se aplica às operações da SPCINE.

4.4 Conceptual Framework in IFRS Standards

Aditivos para correção de referências do Conceptual Framework in IFRS Standards. Vigência a partir de 1° de janeiro de 2020.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis da Sociedade.



Notas explicativas às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

5. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/2019	31/12/2018
Fundo de investimento – Banco do Brasil	20.633.924	26.150.264
Total	20.633.924	26.150.264

A Sociedade considera como equivalentes de caixa um fundo de investimento de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, a contar da data da contratação.

Todos os fundos de investimentos, independentemente de sua categoria, podem ser resgatados sem perda de rendimentos, sem restrição e de forma imediata. Os fundos de investimentos são abertos por processos/repasses realizados pela Secretária Municipal de Cultura (SMC) e Secretaria Municipal de Trabalho e Empreendedorismo (SMTE).

6. Contas a receber de clientes

	31/12/2019	31/12/2018
Clientes nacionais	20.724	1.190
Total de contas a receber de clientes	20.724	1.190

Os valores a receber de clientes nacionais estão relacionados principalmente a prestação de serviços a receber de empresas vinculadas à produção de artes cinematográficas, cujo prazo para pagamento não é superior a 30 dias.

7. Impostos a recuperar

	31/12/2019	31/12/2018
IRRF s/ Fundos de investimento	202.152	303.729
PERDECOMP - 2017	-	174.164
	202.152	477.892



Notas explicativas às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Os impostos a recuperar estão principalmente vinculados à Imposto de renda retido na fonte sobre as operações financeiras com os fundos de investimentos.

8. Investimentos em produções audiovisuais

A Sociedade realiza investimentos em produções audiovisuais, aonde aporta recursos próprios para produção, coprodução e distribuição de filmes de longas metragens. A sociedade entende que até o período de sete (07) anos após o lançamento da produção os valores investidos serão retornados.

Investimento em Produções Audiovisuais	Investimento Inicial	Data Investimento	31/12/2019	31/12/2018
		-	<u></u>	
Produção Cinematográfica - "O Caseiro"	250.000	12/08/2015	179.793	179.793
Distribuição Cinematográfica - "Boletim de Ocorrência"	500.000	15/10/2015	64.284	64.284
Produção Cinematográfica - "A Terapia"	500.000	02/12/2015	500.000	500.000
Produção Cinematográfica - "Sampa"	500.000	14/01/2016	498.419	498.419
Divulgação obra "O Menino e o Mundo"	299.668	23/02/2016	290.221	293.953
Distribuição Cinematográfica - "Escaravelho do Diabo"	500.000	15/04/2016	376.039	376.106
Produção Cinematográfica - "Pequeno Segredo"	249.950	09/06/2016	232.423	233.117
Produção Cinematográfica - "Malasartes"	500.000	25/07/2016	500.000	500.000
Produção Cinematográfica - "Depois dos 40"	500.000	27/10/2016	500.000	500.000
Produção de Série - "Duncan"	30.050	13/11/2017	29.831	30.050
	3.829.669	-	3.171.010	3.175.722

Até o período findo em 31 de dezembro de 2019, o retorno sobre os investimentos foram:

Investimento em Produções Audiovisuais	Lançamento do Filme	Retorno Total s/Investimento	% Retorno
Produção Cinematográfica - "O Caseiro"	junho-16	70.207	28,08%
Distribuição Cinematográfica - "Boletim de Ocorrência"	outubro-15	488.413	97,68%
Produção Cinematográfica - "A Terapia"	-	-	0,00%
Produção Cinematográfica - "Sampa"	fevereiro-16	1.582	0,32%
Divulgação obra "O Menino e o Mundo"	março-16	9.447	3,15%
Distribuição Cinematográfica - "Escaravelho do Diabo"	abril-16	141.222	28,24%
Produção Cinematográfica - "Pequeno Segredo"	dezembro-16	17.527	7,01%
Produção Cinematográfica - "Malasartes"	agosto-17	18.370	3,67%
Produção Cinematográfica - "Depois dos 40"	-	-	0,00%
Produção de Série - "Duncan"	-	219	0,73%
		746.986	



Notas explicativas às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

9. Imobilizado e intangível

O Imobilizado e intangível em 31 de dezembro de 2019 e 2018, é composto por bens que contribuem para a realização do objeto social da Sociedade e está demonstrado a seguir:

	Maquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Softwares	Total
Custo:			_	
Saldos em 31/12/2018	7.371.485	150.069	26.177	7.547.731
Adições	2.500	8.354	-	10.854
Saldos em 31/12/2019	7.373.985	158.423	26.177	7.558.585
Depreciação / amortização acumulad Saldos em 31/12/2018	(2.147.399)	(19.872)	(13.131)	(2.180.402)
		(19.872)	(13.131)	(2.180.402)
Adições	(845.203)	(15.683)	(5.235)	(866.121)
Saldos em 31/12/2019	(2.992.602)	(35.555)	(18.366)	(3.046.523)
Saldo residual em 31/12/2018	5.224.086	130.197	13.046	5.367.329
Saldo residual em 31/12/2019	4.381.383	122.868	7.811	4.512.062



Notas explicativas às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

10. Obrigações tributárias e trabalhistas

	31/12/2019	31/12/2018
ISS a recolher	15.768	10.831
ISS retido a recolher	13.920	-
Pis / Cofins	25.742	17.250
IRRF terceiros	1.527	3.251
IRRF s/ FOPAG	73.279	63.224
Pis, Cofins e CSLL	-	1.275
Outros	754	-
Total de obrigações tributárias	130.990	95.831
Salários a pagar	-	4.387
Provisão de férias e encargos	248.999	350.444
INSS	96.096	89.515
FGTS	16.917	19.329
Total de obrigações trabalhistas	362.012	463.675
Total de obrigações tributárias e trabalhistas	493.002	559.506

i. Remuneração de pessoal-chave da Administração

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a remuneração do pessoal-chave da Administração da Sociedade, que contempla a Direção da empresa, totalizou R\$ 1.178.383, registrados no grupo de despesas gerais e administrativas. A Sociedade não possui outro tipo de remuneração, tais como benefícios pósemprego, outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho.



Notas explicativas às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

11. Obrigações com terceiros

As obrigações com terceiros referem-se à parceria firmada entre a Sociedade e a Prefeitura Municipal de São Paulo, através da Secretaria Municipal da Cultura (SMC) e Secretaria Municipal de Trabalho e Empreendedorismo (SMTE). Esta parceria tem por objetivo estabelecer a colaboração das participes, mediante a comunhão de esforços e recursos, para a efetivação de atividades ligadas a apoio e fomento à atividade audiovisual, especificamente a realização de editais públicos, a serem lançados e geridos pela Sociedade, para a seleção de projetos audiovisual que recebem aporte de recursos financeiros oriundos desta parceria.

	31/12/2019	31/12/2018
REPASSE - SMC 2015 - 18253-2	30.007	600.000
REPASSE - SMC 2015 - 18374-1	8.960	42.045
REPASSE - SMC 2016 - 18504-3	389.511	1.769.568
REPASSE - SMC 2017 - 18814-X	1.638.536	5.576.757
REPASSE - SMTE 2017 - 18311-3	50.034	145.034
REPASSE - SMC 2018 - 18313-X	3.022.769	13.690.231
REPASSE - SMC 2019 - 19320-8	14.166.470	-
	19.306.287	21.823.634

12. Patrimônio líquido

12.1. Capital social

A composição do capital social da Empresa de Cinema e Audiovisual de São Paulo S.A., totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) divididos em 25.000.000 ações, no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma.

13. Receitas líquidas

	2019	2018
Receitas de serviços prestados	2.534.178	1.433.284
Receita de bilheteria	102.000	112.452
(-) Tributos sobre serviços prestados	(370.561)	(214.645)
	2.265.617	1.331.091



Notas explicativas às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

14. Despesas gerais e administrativas

As despesas administrativas estão compostas por gastos com: despesas com pessoal (salário, férias, rescisões e encargos sociais), administrativas, material de consumo, depreciação/amortização, serviços de terceiros e despesas tributárias assim demonstradas:

	2019	2018
Despesas com pessoal	(4.872.308)	(4.642.756)
Despesas tributárias	(6.319)	(87.204)
Serviços de terceiros PJ / PF	(197.543)	(304.520)
Despesas com viagens	(18.502)	(13.048)
Alugueis e condomínios	(160.822)	(120.596)
Depreciação / amortização	(787.884)	(768.102)
Material de uso e consumo	(6.079)	(10.735)
Seguros	(187.561)	(153.276)
Transporte e condução	(14.136)	(9.541)
Outras despesas administrativas	(93.897)	(86.906)
	(6.345.051)	(6.196.684)

15. Resultado financeiro líquido

	2019	2018
Receitas financeiras		_
Rendimento de aplicações financeiras	914.527	1.474.841
Outras receitas financeiras	-	31.103
(-) Rendimentos utilizados nos convênios SMC	(811.295)	(510.721)
	103.232	995.223
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(1.197)	(982)
Outras despesas financeiras		
	(1.197)	(982)
Resultado financeiro líquido	102.035	994.241



Notas explicativas às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

O saldo de rendimento sobre aplicação financeira acima demonstrado está liquido dos impostos (Pis e Cofins).

Os valores recebidos da Secretária Municipal da Cultura (SMC) e Secretaria Municipal de Trabalho e Empreendedorismo (SMTE), através dos convênios são aplicados em fundos de investimentos e seus rendimentos reconhecidos no resultado da Sociedade. Por meio de uma conta redutora da Receita Financeira, a Sociedade demonstra que está utilizando estes rendimentos para a realização do objeto do contrato firmado com a Secretária Municipal de Cultura (SMC) e Secretaria Municipal de Trabalho e Empreendedorismo (SMTE).

16. Instrumentos financeiros

A administração dos instrumentos financeiros ativos da Sociedade é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas de juros contratadas *versus* as vigentes no mercado. A Sociedade não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

As atividades da Sociedade a expõe a alguns riscos financeiros. A gestão de risco busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Sociedade. A gestão de risco é realizada e regularmente monitorada pela Sociedade, a qual busca identificar e avaliar os principais riscos para proteger a Sociedade contra eventuais perdas financeiras.

As operações da SPCINE estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

16.1. Fatores de risco

a) Gestão do capital social

O objetivo da gestão de capital da Sociedade é assegurar que se mantenha uma classificação de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Sociedade e maximizar o valor aos quotistas. A Sociedade controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais.

b) Riscos de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pelo risco da Sociedade não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos e obrigações relacionadas a passivos financeiros (que são liquidadas em caixa ou outro ativo financeiro) em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, monitoradas diariamente pela área de tesouraria, sendo que os objetivos de gestão desse mesmo caixa pela Sociedade possuem as seguintes prioridades:



Notas explicativas às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

- (i) Preservar o valor do capital investido;
- (ii) Manter um nível de liquidez adequado aos compromissos assumidos; e
- (iii) Obter um retorno adequado da carteira de investimentos.

c) Risco de crédito

A Sociedade restringe a exposição a riscos de crédito associados a títulos e valores mobiliários, efetuando seus investimentos em instituições financeiras avaliadas como de primeira linha e com remuneração em títulos de curto prazo.

Com relação às contas a receber, a Sociedade restringe a sua exposição a riscos de crédito por meio de prestação de serviços para uma base ampla de clientes. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não havia concentração de risco de crédito relevante associado a SPCINE.

Exposição a risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações contábeis foi:

	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	20.633.924	26.150.264
Contas a receber de Clientes	20.724	1.190
Adiantamentos diversos	2.564	14.670
Impostos a recuperar	202.152	477.892
Investimentos	3.171.010	3.175.722
Circulante	24.030.374	29.819.738

Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

d) Risco de taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Empresa incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Sociedade monitora continuamente as taxas de juros de



Notas explicativas às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de contratos de derivativos para fazer "hedge" contra esse risco, para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Sociedade não apresentou exposição relevante ao risco de taxa de juros para que fosse apresentado uma análise de sensibilidade.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Sociedade não possuía operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

e) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as variações cambiais têm nos resultados da Sociedade. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

17. Seguros

A Sociedade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguro, a qual foi determinada pela Administração e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

18. Eventos subsequentes

Efeito do Corona vírus (COVID-19) nas demonstrações contábeis

Vivemos um momento delicado com a declaração de pandemia global decorrente do COVID-19. Desde o início desse processo, a SPCINE está atenta e diligente com todas as situações, seja para ajudar seus clientes / fornecedores a passarem de forma segura por este momento ou no acompanhamento de suas próprias necessidades.

Algumas medidas foram desenvolvidas para apoiar a prevenção do vírus nas suas atividades, tais como aplicação de trabalho remoto (home-office) por tempo indeterminado a seus funcionários; cancelamento de todas as viagens internacionais ou nacionais; atendimento aos compromissos com os clientes e fornecedores por vídeo ou teleconferência; e, intensificação de todo o sistema de limpeza e desinfecção.

A Sociedade irá ajustar as políticas públicas para o setor Audiovisual do Município de São Paulo às necessidades do mesmo, desta forma fechando as Salas do circuito de salas de cinema até a liberação pelas



Notas explicativas às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

autoridades. Adicionalmente a Sociedade irá reformular alguns editais de maneira a possibilitar a entrega do produto final com trabalhos que possam ser desenvolvidos de forma remota, e deverá também realocar parte dos recursos da programação do circuito de salas de cinema para a plataforma virtual do Spcine Play.

A SPCINE ressalta que devido à incerteza da evolução da doença, é impossível prever o impacto final sobre o mercado financeiro e a economia global e, consequentemente, sobre seu negócio. Porém afirma que até a publicação destas demonstrações contábeis, não sofreu qualquer impacto material com relação à pandemia do Corona Vírus em suas operações ou situação financeira, mas, caso a disseminação do vírus aumente os casos positivos consideravelmente, a Sociedade entende que a receita da SPCINE poderá vir a ser afetada de forma negativa.

A SPCINE está em conformidade com os protocolos de saúde e segurança estabelecidos pelas autoridades, atentos aos novos acontecimentos e seguirá adotando novas medidas sempre que necessárias. Reafirma o comprometimento com a segurança de seus empregados.